



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Orientadora: Marlene de Jesus Silva Santos

Aluna: Débora de Souza Matos

Matrícula: 11/0114205

Desafios da superação da cultura menorista no atendimento à crianças e adolescentes no
Distrito Federal

Brasília, dezembro de 2018.

Débora de Souza Matos

Desafios da superação da cultura menorista no atendimento à crianças e adolescentes no
Distrito Federal

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
curso de graduação em Serviço Social da
Universidade de Brasília, como requisito para
obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientação:

Prof.^a MSc. Marlene de Jesus Silva Santos

Banca:

Prof.^a Dr.^a Karen Santana de Almeida Vieira

Prof. MSc. Fábio Felix Silveira

Brasília

2018

À Maria Júlia, minha filha, luz em minha vida, renovou minhas forças físicas, mentais e espirituais para alcançar meus objetivos.

À Thiago Ribeiro de Arruda, esposo, companheiro e amigo, com amor, açúcar e afeto me incentivou desde o início a seguir essa caminhada.

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã, com quem pude compartilhar os cuidados e proteção da minha filha, que nunca desistiram e sempre confiaram em mim.

Agradecimentos

À professora orientadora Marlene de Jesus Silva Santos por compreender os objetivos que gostaria de alcançar com o desenvolvimento deste trabalho. Compreendeu minha tripla jornada, de cuidados com minha filha, trabalho e estudo. Me motivou a passar por essa etapa com confiança e tranquilidade.

À professora Karen Santana por ter participado da banca de avaliação elencando os pontos necessários para que este trabalho fosse compreendido por todos que desejam estudar o tema.

Ao professor Fábio Félix por me auxiliar no começo desse estudo na disciplina de pré trabalho de conclusão de curso e por aceitar participar da banca avaliação deste trabalho, trazendo os apontamentos necessários.

À Thaís Souza de Matos minha leitora de todas as horas, com quem pude compartilhar dúvidas e ideias e sempre esteve disposta a me auxiliar lendo o que fui produzindo e sugerindo correções de concordância e coerência.

À professora Rosana César com quem pude compartilhar este trabalho para que me auxiliasse com seu conhecimento técnico.

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso analisa historicamente a construção do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil e a prática desenvolvida pelos executores de medidas socioeducativas ao longo das décadas. Foi desenvolvido com o objetivo de identificar dificuldades de implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo na execução das Medidas Socioeducativas analisando a realidade do Distrito Federal. Procurou-se demonstrar as contradições entre a teoria e a prática, entre as legislações que tratam do tema e como é a execução da medida socioeducativa nas unidades socioeducativas. Por fim, apresentamos estratégias para transformar a prática dos executores de medidas socioeducativas para que o Sistema Socioeducativo possa de fato promover direitos e transformar a vida dos adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-chave: SINASE. Adolescente em conflito com a lei. Medida socioeducativa. Cultura institucional.

Abstract

This undergraduate thesis analyzes analyzes historically the construction of care for teenagers in conflict with the law in Brazil and the practice developed by the executors of socio-educational measures throughout the decades. It was developed with the objective of identifying difficulties on the implementation of the National Socio-Educational Assistance System in the execution of Socio-educational Measures, observing the reality in the Federal District. It was tried to demonstrate the contradictions between theory and practice, between the legislation that deals with the theme and how is the execution of the socio-educational measure in the socio-educational facilities. Finally, we present strategies to transform the practice of socio-educational implementers so that the Socio-Educational System can in fact promote rights and transform the lives of adolescents in conflict with the law.

Keywords: SINASE. Teenager in conflict with the law. Socio-educational measure. Institutional culture.

Lista de abreviaturas e siglas

CAJE – Centro de Atendimento Juvenil Especializado
CDS – Centro de Desenvolvimento Social
CERE – Centro de Reclusão do Adolescente Infrator
CESAMI – Centro Socioeducativo Amigoniano
CETRO – Centro de Triagem e Observação de Menores
CF – Constituição Federal
COMEIA – Comunidade de Educação, Integração e Apoio ao Menor e Família
COTEME – Comunidade de Terapia e Educação de Menores
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM – Fundação Estadual de Bem-Estar ao Menor
FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor
LBA – Legião Brasileira de Assistência
PNABEM – Política Nacional de Bem-Estar ao Menor
SAM – Serviço de Atendimento ao Menor
SECRIA – Secretaria da Criança
SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda
SEJUS – Secretaria de Justiça
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

Introdução	8
Do “menor infrator” ao sujeito de direitos – trajetória histórica	11
Novas Diretrizes ao atendimento à crianças e adolescentes à luz do SINASE	17
A luta de culturas institucionais no atendimento de crianças e adolescentes no DF	34
Considerações Finais	45
Referências	47
ANEXO	49

Introdução

Este trabalho se justifica pela necessidade de compreensão das dificuldades em efetivar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo apesar das legislações serem enfáticas sobre modelo ideal a ser seguido pelo Estado, permanecendo, na realidade das instituições, violação de direitos. Tentamos compreender a cultura institucional do “menor infrator” sem direitos e a prática dos socioeducadores caracterizado como “cultura menorista”¹ a partir da vivência da autora deste trabalho.

Este trabalho de conclusão de curso analisa historicamente o atendimento institucional destinado aos adolescentes em conflito com a lei destacando as modificações ocorridas ao longo das décadas no Brasil. Analisamos o processo de construção das legislações e demais documentos que estruturam o atual sistema de atendimento socioeducativo. Focalizamos o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei no Distrito Federal e a disputa de projetos entre os diversos atores do sistema socioeducativo.

No contexto atual de restrição e diminuição dos direitos sociais conquistados como saúde, educação, trabalho e previdência, faz-se necessário o estudo aprofundado das práticas institucionais que dificultam a implementação dos direitos, neste caso, os direitos das crianças e adolescentes.

A prática institucional marcada pelo código de menores é um problema a ser enfrentado pelos profissionais que atuam no sistema socioeducativo e buscam efetivar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Como resultado das práticas repressivas e punitivas temos diversas violações de direitos na execução da medida socioeducativa por parte de alguns dos executores das medidas socioeducativas.

Foi desenvolvido com objetivo de identificar os desafios na efetivação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e do Sistema de Garantia de Direitos tornando-os mais real e de fato promotor de mudança.

Para alcançar tais objetivos, utilizamos o método histórico dialético marxista analisando as produções materiais sobre o tema e a relação com o contexto atual. Dialogando o passado com o presente em sua produção material e a prática dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo. Foram analisados qualitativamente os artigos do Estatuto da Criança e do

¹ Por “cultura menorista” compreende-se a cultura institucional formada a partir da prática dos executores de medidas socioeducativas iniciada pelo código de menores que trazia a nomenclatura do “menor infrator” e que compreendia a prática puramente repressiva e punitiva. Essa nomenclatura permaneceu até o advento da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente, demais legislações e estudos relacionados ao tema, alterando a nomenclatura para “adolescente em conflito com a lei”.

Adolescente referentes às medidas socioeducativas, o documento SINASE produzido em 2006, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal, os Projetos Políticos Pedagógicos das Medidas Socioeducativas do Distrito Federal – meio aberto, semiliberdade e internação, cursos de capacitação oferecidos aos agentes socioeducativos e o curso de formação para novos agentes realizado pela Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude com a Fundação Universa, responsável pelo concurso público desta secretaria.

No primeiro capítulo descrevemos a história do atendimento institucional aos adolescentes em conflito com a lei e suas transformações a partir do primeiro código de Menores em 1927 e a compreensão da Doutrina da Situação Irregular. Discutimos acerca do processo de transformação da percepção do menor infrator, sem direitos e mini adulto para o adolescente em conflito com a lei e sujeito de direitos. Quais foram as implicações na política de atendimento diante dessa nova realidade. Destacamos quais eram as legislações sobre este tema até o processo de redemocratização na década de 80 e como as produções científicas e intelectuais ajudaram na construção de uma nova compreensão do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Também discutimos sobre a formação dos profissionais responsáveis pela segurança dos antigos internatos.

Já no segundo capítulo destacamos a nova visão de criança e adolescentes sujeitos de direitos, a Doutrina da Proteção Integral e o marco legal do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Dispositivos legais constantes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente que tratam da proteção integral a crianças e adolescentes e do sistema de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. Pontuamos qual é o modelo ideal de atendimento socioeducativo principalmente com relação à segurança. Introduzimos as legislações do Distrito Federal que tratam do atendimento socioeducativo. E ao final do capítulo elencamos dificuldades de efetivar o sistema socioeducativo em sua totalidade relatando os entraves para sua implementação.

No terceiro e último capítulo descrevemos o histórico do atendimento socioeducativo no Distrito Federal. Como foram formados os agentes de segurança socioeducativo antes das novas legislações acerca do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e qual é a proposição do novo currículo de formação para novos agentes da Secretaria de Políticas para Crianças e Juventude. Discutimos sobre as velhas práticas ainda presentes no cotidiano socioeducativo e como essas práticas dificultam a efetivação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e do Sistema de Garantia de Direitos. Citamos práticas repressivas e punitivas como resquício histórico da formação dos antigos servidores que resultou na cultura

institucional. Traçamos estratégias para tornar o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei mais humanizado e próximo ao modelo ideal preconizado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Por fim, citamos boas práticas dos agentes de segurança socioeducativo do Distrito Federal de acordo com a experiência vivenciada pela autora deste trabalho.

Capítulo I

Do “menor infrator” ao sujeito de direitos – trajetória histórica

O atendimento institucional destinado a crianças e adolescentes teve início no começo do século passado, tendo como base teórica a doutrina da situação irregular, ou seja, destinava-se a crianças e adolescentes em situação de abandono, pobreza ou que cometessem atos infracionais de maior ou menor gravidade. Antes das legislações atuais, se compreendia os atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes como crimes comuns passíveis das mesmas punições dadas aos adultos. A doutrina da situação irregular foi adotada antes da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e considerava crianças e adolescentes que estavam em situação de risco social, vulnerabilidade ou que se envolvessem em crimes em um mesmo entendimento e atendimento institucional, não havia separação entre aqueles que necessitavam de atendimento assistencial, daqueles que necessitavam de atendimento socioeducativo especializado.

O principal marco legislativo no Brasil para o atendimento a crianças e adolescentes foi o código de menores de 1927, o chamado Código de Mello Mattos. Mello de Mattos foi o primeiro juiz responsável pelo juizado de menores do Brasil cuja criação data de 1924, anterior à própria legislação. O Código Mello de Mattos definiu quem estaria sob a “tutela” do Estado:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. (Grafia original) Código de Menores – Decreto N. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927

Essa legislação traz pela primeira vez a responsabilidade do Estado frente às questões sociais que envolviam crianças e adolescentes, questões sociais compreendidas à época como problemas sociais. O Brasil desenvolveu esse código a partir de uma compreensão também de outros países que estavam vivenciando questões sociais parecidas, como afirma Rizzini (2004) em seu estudo “A institucionalização de crianças no Brasil – Percurso histórico e desafios do presente”, entretanto, a história do Brasil se torna peculiar se comparada com a de outros países, principalmente porque aqui foi o último país das américas a abolir a escravidão gerando maior exclusão social e racial, fato que delineou a forma como a política de atendimento à crianças e adolescentes foi estruturada ao longo do tempo e os resquícios atuais da falta de política pública, exclusão e marginalização. Antes do código de menores de 1927 existiam apenas as legislações penais comuns aos adultos as quais previam, para aqueles que cometiam ilícitos, as seguintes penas: açoites, trabalho forçado, corte de membros, pena de morte e outras penas cruéis. Sendo

que a única diferença de tratamento dada aos menores de 18 anos era a proibição de pena de morte. No período anterior a Lei Áurea em 1871 tivemos a Lei do Ventre Livre, essa lei considerava todos os filhos de escravas livres a partir desta data. Os filhos de escravos poderiam permanecer com suas mães até oito anos completos, momento em que o senhor de escravos poderia decidir entre mantê-los como seus escravos até 21 anos ou serem indenizados pelo Estado. Em nenhum momento o Estado desenvolveu políticas públicas para acesso à terra e direitos ou contra a marginalização e vulnerabilidade de ex-escravos.

É importante ressaltar que as políticas de atendimento que surgiram na década de 1920 eram voltadas única e exclusivamente à proteção do patrimônio das classes abastadas, o interesse em promulgar uma lei ou criar atendimento para crianças e adolescentes abandonadas ou delinquentes era porque incomodava a classe dominante, tratava-se de uma política higienista. A doutrina da situação irregular visava a adequação das crianças e adolescentes a um padrão de como agir ou se portar para manter a ordem social, não considerava as relações de pobreza e marginalização em que viviam como condição essencial do envolvimento em crimes. Rizzini traz em seu estudo:

Um dos aspectos de grande interesse desta análise centra-se nas iniciativas educacionais entrelaçadas com os objetivos de assistência e controle social de uma população que, junto com o crescimento e reordenamento das cidades e a constituição de um Estado nacional, torna-se cada vez mais representada como perigosa. A ampla categoria jurídica dos menores de idade (provenientes das classes pauperizadas) assume, a partir da segunda metade do século XIX, um caráter eminentemente social e político. Os menores passam a ser alvo específico da intervenção formadora/ reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como as instituições religiosas e filantrópicas. (RIZZINI, 2004, pag. 22)

Essa forma de enfrentamento dessa questão tem reflexo nas políticas atuais e como a sociedade encara tais questões. O Código Mello de Mattos foi a primeira legislação a trazer a responsabilidade do Estado e institucionalizar o atendimento a crianças e adolescentes abandonados, seja órfão de pais e mães ou aqueles advindos de famílias carentes que achavam que o Estado daria melhores condições de vida a seus filhos. Além disso, trouxe também uma nova função, o Serviço Social, que foi incorporado à justiça.

O Serviço Social das damas da caridade, mulheres religiosas das classes dominantes que percebiam a prática de forma assistencialista, no sentido de adequar os “clientes” a um determinado padrão. À época, o serviço social tinha como questão central a adequação ao trabalho, preconizado dentre outras organizações pela Legião Brasileira de Assistência - LBA, criada originalmente para atender órfãos advindos da guerra e que expandiu o atendimento posteriormente.

Em 1941 foi criado o Serviço de Atendimento ao Menor – SAM ao qual competia a correção moral dos adolescentes e crianças abandonadas e delinquentes. O SAM era vinculado ao ministério da justiça e foi criado pelo decreto Decreto-lei 3.799, tinha objetivos explicitados em seu 2º artigo:

a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; c) abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento; e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas. (Decreto lei nº 3.799, 1941, art. 2)

Assim como a LBA, o Serviço de Atendimento ao Menor visava a recuperação do menor com vistas ao trabalho. A partir de 1942 separa-se o atendimento dos menores “delinquentes” dos menores “abandonados”, aqueles sendo privados da liberdade em internatos e casas de correção e estes sendo vinculados a escolas agrícolas ou de aprendizagem de ofícios urbanos. Ao longo do tempo o SAM entrou em decadência.

O modelo de atendimento preconizado pelo Código Mello de Mattos e pelo decreto que criou o Serviço de Atendimento ao Menor entrou em decadência tanto pela falta de investimento do Estado quanto pela ação assistencialista de perceber a criança e o adolescente como depositário de serviços, de correção e adequação a um padrão aceitável pelos “cidadãos de bem”. As casas de correção acabaram por se tornar escolas do crime, “Mas foi em relação aos chamados transviados que o SAM fez fama, acusado de fabricar criminosos. No imaginário popular, o SAM acaba por se transformar em uma instituição para prisão de menores transviados e em uma escola do crime” (RIZZINI, 2004, pág. 34), visão essa que permanece até os dias atuais. Essa fase é compreendida como uma fase repressiva-corretiva. Dada as condições que se encontravam os internatos, situações de abuso, exploração e violência, o SAM foi substituído pela Política Nacional de Bem-Estar ao Menor que seria executada pela Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor- FUNABEM e pelas diversas Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor - FEBEM's subordinadas ao órgão nacional. Às FEBEM's competia dar atendimento mais humanizado e padronizado.

Em ano do golpe militar de 1964, o governo militar criou a FUNABEM que tinha como principal objetivo padronizar o atendimento à crianças e adolescentes em todo o território nacional. Porém, toda sua estrutura foi herdada do Serviço de Atendimento ao Menor, apenas em alguns estados foram construídas novas instalações, mas sem adequação ao público ao qual

se destinavam, eram iguais às cadeias destinadas aos maiores de idade. Em plena ditadura militar, assim como houve repressão fortíssima a diversos setores da sociedade, a repressão a crianças e adolescentes que se envolviam em ilícitos aumentou e o atendimento aos adolescentes que se envolviam em atos infracionais passou a ser mais rigoroso. Foi um período de encarceramento em massa, dando à sociedade a falsa impressão de que o “menor infrator” estava se resolvendo, sendo que profissionais que trabalhavam dentro dos internatos, posteriormente relataram casos de abuso de poder, tortura, dentre outras situações humilhantes e degradantes.

[...] a política de segurança nacional empreendida no período de ditadura militar colocava a reclusão como medida repressiva a todo e qualquer sujeito que ameaçasse a ordem e as instituições oficiais. O silêncio e a censura eram poderosos aliados oficiais no sentido de manter a política de internação, nas piores condições que fossem, longe dos olhos e ouvidos da população. (RIZZINI, 2004, pág. 44/45)

Foi dado às polícias “carta branca” na execução da política de atendimento ao “menor infrator”, assim, até os dias atuais temos os resquícios desse período de repressão. O quadro de servidores que exerciam a função de segurança dos internatos permaneceu o mesmo ao longo do tempo, mesmo havendo mudanças na legislação e na forma como passou a ser executada a política, esse tema será abordado ao longo deste trabalho. Do ponto de vista do Serviço Social, permaneceu a atitude terapêutica, fenomenológica e o tratamento das crianças e adolescentes com o objetivo de adequação e formação para o trabalho.

Em 1979, após o período de “anos de chumbo” que durou de 1969 a 1974, editou-se um novo Código de Menores, porém, sem grandes mudanças. Permaneceu a doutrina da situação irregular, e ainda considerava o envolvimento em atos infracionais como “desvio de conduta”. O código reafirmou o “menor” como objeto de tutela do Estado: “[...] não muito diferente da concepção vigente no antigo Código de 1927, expunha as famílias populares à intervenção do Estado, por sua condição de pobreza. A situação irregular era caracterizada pelas condições de vida das camadas pauperizadas da população (Rizzini, 2004, pág. 41). Crianças consideradas expostas, abandonadas, mendigas ou vadias, saíam da tutela da família para a do juiz de menores, o qual tinha o poder de decidir como e onde ela ficaria, sem qualquer garantia legal, diferente do que temos hoje através do princípio do devido processo legal. Não havia interesse em “ressocializar” e “reinserir” os menores na sociedade, não eram considerados sujeitos de direitos. O prazo para internação passou a ser indeterminado a depender da gravidade do crime, o juiz poderia decidir sem o devido processo legal.

Todo o histórico de institucionalização do atendimento às crianças e adolescentes criou uma cultura institucional do “menor infrator” que permanece até os dias atuais. Com o processo

de redemocratização na década de 80 que resultou na Constituição Federal de 1988 e na esfera da proteção à crianças e adolescentes no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, tentou-se romper com quase 80 anos de política punitiva e repressiva, no entanto manteve-se o mesmo quadro de servidores, ou seja, mesmo havendo alterações significativas nas legislações não houve alterações significativas na prática.

A formação dos profissionais que trabalhavam na segurança dos internatos era policialesca. Eram profissionais formados com base na formação das polícias civis e militares e assim permaneceu até a mudança da legislação a partir da década de 90 e com o advento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)² que preconizou a necessidade de formação de profissionais pautados em bases éticas e pedagógicas em sobreposição à prática punitiva e repressiva. Resguardando a necessidade de preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nas unidades socioeducativas, criou-se o conceito de Segurança Protetiva, segundo o qual em último caso deve-se fazer uso da força, prevalecendo a prevenção das situações limites. Este tema será abordado no estudo sobre a formação dos profissionais em segurança e práticas de prevenção no terceiro capítulo.

A partir do século XIX, a percepção a respeito da criança e do adolescente também mudou. Na década de 1970, com novas metodologias científicas nas áreas de sociologia, psicologia, pedagogia, história e outras disciplinas, foram sendo desenvolvidas teses acerca do desenvolvimento do ser. Um dos trabalhos de maior relevância na esfera da criança e do adolescente foi o estudo feito por Phellippe Ariès em “A História Social da Criança e da Família”. Neste estudo historiográfico, Phellippe Ariès analisa por meio de obras de arte das famílias na Europa como elas percebiam a infância e outras fases da vida. Havia um desconhecimento acerca das etapas de desenvolvimento físico e cognitivo. A separação entre as idades da vida era meramente simbólica e a diferenciação por idade não era relevante, exceto se fossem analisadas com vistas ao trabalho, pois crianças eram comumente inseridas em ambientes de trabalho. Foi percebido com esse estudo que as crianças eram retratadas como “pequenos adultos”, suas vestimentas eram iguais às vestimentas dos adultos da família. Havia ausência do sentimento de infância, para as famílias as crianças poderiam ser facilmente

² SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, criado originalmente pela resolução 119 do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) construído em conjunto por diversos setores da sociedade, do sistema de garantia de direitos e executores do sistema socioeducativo, normatiza o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. O SINASE virou lei em 2012 pela lei nº 12.594 e dispõe sobre a organização material e pessoal do sistema socioeducativo em todo o território brasileiro.

substituídas por outras. O amor à infância, o sentimento de cuidado e proteção que percebemos atualmente é uma construção da sociedade moderna por meio da apreensão de estudos científicos que demonstram que a infância é uma fase determinante no desenvolvimento físico e mental do ser.

Com esses estudos podemos perceber as influências externas que interferem na integralidade do ser humano. Questões como o contexto social e econômico são determinantes na formação de um ser humano saudável em todas as dimensões. Foram observados os riscos aos quais crianças e adolescentes enfrentam principalmente nas periferias, além da pobreza que pode gerar dificuldades de aprendizagem, as crianças estão submetidas ao risco de violência física e psíquica, exploração, maus tratos, dentre outras crueldades. Crianças e adolescentes são sujeitos em desenvolvimento físico e mental e merecem todo o cuidado e tutela por parte do Estado, da sociedade e da família.

Assim, identificamos que ao lado da execução de políticas públicas pelo Estado o desenvolvimento teórico e científico tem papel determinante na concepção dos direitos e na reafirmação destes pela sociedade. A teoria e a prática devem estar lado a lado. Porém, é difícil romper com uma prática que se torna cultura institucional. São necessários meios efetivos para que se incorpore à prática a produção intelectual. O histórico do atendimento à crianças e adolescentes no Brasil é marcado por um longo período de repressão, abusos e violência, discriminação e preconceito principalmente herdado do período militar. Apesar de existirem estudos que são enfáticos em afirmar que a infância e a adolescência são períodos de maior desenvolvimento e que as condições de vida podem determinar como este ser se coloca perante a sociedade, a visão menorista ainda permanece, principalmente quando se trata de pobres e marginalizados. “A categoria ‘menor’ ainda fartamente utilizada em diversos setores da sociedade, condensa essas representações que incidem sobre a infância e a juventude pobre em nosso país, atualizando a condição de permanente suspeita para essa população” (CRUZ, 2010, pág. 154). Na sociedade brasileira são reproduzidos discursos de meritocracia que dificultam a implementação de direitos sociais. Assim, propostas como a redução da maioridade penal como alternativa à expressão da questão social do adolescente em conflito com a lei ganham força e visibilidade nos setores mais dominantes.

Esse período de produção científica e organização de movimentos sociais em defesa de direitos resultou nas atuais legislações sobre a proteção integral da criança e do adolescente preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição Federal de 1988.

Capítulo II

Novas Diretrizes ao atendimento à crianças e adolescentes à luz do SINASE

Na década de 1980 passamos por um grande processo de mudança político-econômico no Brasil. Vivemos o processo de abertura democrática. Rizzini traz em seu estudo a busca por mudanças no atendimento institucional a crianças e adolescentes a partir do processo de redemocratização no Brasil

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, passam a ser perceptíveis as inquietações em relação à eficácia deste tipo de medida. É indicativo desse novo momento o grande número de seminários, publicações e discussões em torno de iniciativas que indicassem novos caminhos. A palavra de ordem na época era a busca de alternativas, subentendendo-se que se tratavam de alternativas à internação. Este momento histórico de transição política rumo ao processo de redemocratização do país trouxe, no tocante à questão em foco, um outro nível de conscientização para a mudança, impulsionado por diversos fatores. (Rizzini, 2004, pág. 46)

As legislações brasileiras e a política de atendimento a crianças e adolescentes mudaram. Internacionalmente também tivemos documentos que afirmaram uma nova compreensão acerca dos direitos sociais das crianças e adolescentes. É o caso da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing – e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade. Com a redemocratização política diversos movimentos sociais em defesa de direitos se mobilizaram para que fossem garantidos na Constituição Federal os direitos de crianças e adolescentes. Segundo Gisella Werneck Lorenzi em seu artigo “Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil” para o site “Fundação Telefônica” os movimentos sociais que tiveram maior destaque foram o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e a Pastoral da Criança em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, este último ligado aos movimentos de militância dentro da Igreja Católica. Juntamente com os movimentos sociais, juristas e técnicos da própria Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor tiveram papel importante. Todos os movimentos citados resultaram no art. 227 da Constituição Federal, reafirmando a Doutrina da Proteção Integral preconizada pela Organização das Nações Unidas. O art. 227 da CF de 1988 determina:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Constituição Federal de 1988 é considerada constituição cidadã por garantir direitos sociais, direitos civis e políticos. Além da esfera da criança e do adolescente assegura também a assistência, previdência e saúde diferente das constituições anteriores. A Doutrina da Proteção Integral considera crianças e adolescentes com absoluta prioridade, reafirma que são seres em desenvolvimento físico, cognitivo e mental, e merecem todo o cuidado e proteção por parte do Estado, da sociedade e da família. A Doutrina da Proteção Integral difere da Doutrina da Situação Irregular em todos os sentidos, principalmente por considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, diferente do que o Código de Menores trazia e do que a Política Nacional de Bem-Estar ao Menor executava, qual seja, a visão das crianças e adolescentes como depositárias de serviços. Crianças e adolescentes passam a ser considerados sujeitos de direitos e para que o artigo 227 da Constituição Federal não fosse letra morta, ou seja, existisse somente no papel, os movimentos ligados à criança e ao adolescente ajudaram a desenvolver o Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado em 1990.

A visão menorista de crianças e adolescentes foi questionada por trabalhos acadêmicos e foram alteradas as legislações que assim tratavam crianças e adolescentes. Com o advento da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente e, posteriormente, com o SINASE, reafirma-se a percepção de crianças e adolescentes como sujeito de direitos superando a visão do “menor”, principalmente com relação àqueles que se envolvem em atos infracionais. Porém, dentro das unidades socioeducativas ainda podemos perceber práticas que consideram o “menor infrator” em detrimento do adolescente sujeito de direitos.

Enfim, pôde se desenvolver parâmetros legais para punir o abuso institucional que crianças e adolescentes estavam sujeitas. No parágrafo “§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” o legislador explicita que serão punidos quem atentar contra a integridade da criança e do adolescente. Diferente do discurso de quem defende a redução da maioridade penal para 16 anos, segundo o qual “o ECA protege bandido”, tanto a Constituição Federal de 1988 quanto o ECA visam a proteção integral a todas as crianças e adolescentes contra a vulnerabilidade que estão sujeitas, independente de qualquer diferença.

Com relação a crianças e adolescentes, o legislador tipifica o ato infracional. São as ações consideradas crimes ou contravenções do Código Penal Brasileiro. Limita a

imputabilidade, sendo inimputáveis os menores de 18 anos, se o ato for cometido por crianças com menos de 12 anos estes estarão sujeitos às medidas previstas no artigo 101 que são: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; IX - colocação em família substituta. Aos maiores de 12 anos até 18 anos as medidas socioeducativas previstas são: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

As medidas socioeducativas de advertência e obrigação de reparar o dano são aplicadas no âmbito jurídico, não passando para a esfera da execução administrativa. As medidas de meio aberto são as medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. Quanto à medida de prestação de serviços à comunidade, o adolescente deverá ser inserido em programa de relevância comunitária e que seja objetivo a descoberta de novas potencialidades e capacidades. A medida de liberdade assistida tem o objetivo de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente que se encontra em sua residência dando ênfase a ressignificação da vida social que inclui família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade. São medidas restritivas de liberdade a semiliberdade, internação e internação provisória. Na medida de semiliberdade os adolescentes passam a semana em uma unidade (unidade socioeducativa) exercendo suas obrigações e devem ter garantidos seus direitos como esporte, cultura e lazer, e passam o final de semana com seus familiares. Na medida de internação, os adolescentes são privados de sua liberdade e devem, também, ter garantidos seus direitos. Já na internação provisória o tempo de internação não poderá ultrapassar 45 dias, os adolescentes aguardam provisoriamente a sentença final do juiz acerca da medida socioeducativa mais adequada em cada caso.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente é assegurado o devido processo legal, ou seja, se antes o juiz podia imputar a pena a um adolescente sem defesa, sem apuração do ato infracional com autoria e materialidade comprovadas, ou de forma subjetiva, agora deve seguir um rito processual para depois aplicar a medida socioeducativa. Também deve-se respeitar a

capacidade do adolescente em cumprir a medida socioeducativa e que essa seja de acordo com o ato infracional cometido, sendo proibido a internação de adolescente com o caráter de abrigo. A natureza da medida socioeducativa tem um caráter sancionatório e pedagógico, prevalecendo o caráter pedagógico.

Contudo, apesar das significativas mudanças legais com relação ao histórico punitivo e repressivo do atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, percebe-se que na prática a ação punitiva ainda prevalece. Principalmente entre os agentes socioeducativos, que ainda não compreenderam seu papel na execução da medida socioeducativa, ou não conseguem separar a parte da segurança e preservação da integridade física dos adolescentes, da parte de responsabilidade penal, esta última reservada ao processo jurídico. A natureza sancionatória da medida socioeducativa está na responsabilização do adolescente pelo ato cometido. Aos servidores da execução cabe executar a medida socioeducativa nos parâmetros estabelecidos em lei, no caso o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Segundo a compreensão de Cecília Froemming, o SINASE visa uma pretensa horizontalidade entre os poderes Executivo e Legislativo, resguardando contradições para outra análise teórica (FROEMMING, 2016, pág. 48).

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Com o objetivo de normatizar e padronizar nacionalmente o sistema de execução das medidas socioeducativas, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente juntamente com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH/ SPDCA), em parceria com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD), promoveram no ano de 2002 diversos encontros para debater e avaliar as propostas para a execução de medidas socioeducativas integralizando o Sistema de Garantia de Direitos. Também foram debatidas as práticas pedagógicas das unidades de atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Em 2004, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), em conjunto com o Conanda e com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sistematizaram e organizaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. O SINASE é a base para o atendimento socioeducativo em âmbito nacional, padronizando o atendimento, normatizando as medidas

socioeducativas, descentralizando o atendimento nos três níveis de governo Federal, Estadual e Municipal. A implementação da proposta do SINASE é pautada nos princípios dos Direitos Humanos estruturado principalmente com bases éticas e pedagógicas e dando prioridade a medidas socioeducativas de atendimento em meio aberto, principalmente a medida de liberdade assistida em detrimento das medidas privativas de liberdade, internação ou semiliberdade. O documento final do SINASE foi uma construção dos diversos atores ligados ao sistema de garantia de direitos.

O Sistema de Garantia de Direitos visa integralizar todas as políticas públicas voltadas ao atendimento a crianças e adolescentes em todas as esferas de governo. Integraliza o Sistema Único de Saúde - SUS, o Sistema Educacional, o Sistema Único da Assistência Social e o Sistema de Justiça e Segurança Pública, tendo como centro o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. O adolescente inserido no atendimento socioeducativo deve ter garantido todos os outros atendimentos públicos mesmo estando cumprindo medida socioeducativa.

O documento SINASE traz o modelo ideal de atendimento socioeducativo. Descentraliza a responsabilidade na execução da medida socioeducativa, padroniza o atendimento a nível nacional, define princípios do atendimento, define a composição necessária das equipes, define o tipo de gestão, traz diretrizes pedagógicas para o atendimento, define os espaços físicos, infra-estrutura e capacidade assim como o modelo arquitetônico das unidades, tipo de gestão, e por fim traz a forma de financiamento. Quanto à descentralização administrativa, cabe aos Estados a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, aos Municípios cabe a execução das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. No caso excepcional do Distrito Federal, executa-se todas as medidas socioeducativas.

São princípios do atendimento socioeducativo:

1. Respeito aos direitos humanos
2. Responsabilidade solidária da Família, Sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes – artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA -
3. Adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades – artigos 227, § 3º, inciso V, da CF; e 3º, 6º e 15º do ECA -
4. Prioridade absoluta para a criança e ao adolescente – artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA

5. Legalidade - nenhum agente do Estado deve agir com autoritarismo ou arbitrariedade na execução da medida socioeducativa.

6. Respeito ao devido processo legal – artigos 227, § 3º, inciso IV da Constituição Federal, 40 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e 108, 110 e 111 do ECA e nos tratados internacionais -

7. Excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento

8. Incolumidade, integridade física e segurança (artigos 124 e 125 do ECA) -

9. Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários – artigos 100, 112, § 1º, e 112, § 3º, do ECA -

10. Incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes – artigo 86 do ECA -

11. Garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência – artigo 227, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal -

12. Municipalização do atendimento – artigo 88, inciso I do ECA -

13. Descentralização político--administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos – artigos 204, inc. I, da Constituição Federal e 88, inc. II, do ECA -

14. Gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis -

15. Co--responsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas

16. Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade

A composição das equipes para atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa difere para cada medida. O SINASE traz a composição mínima da equipe técnica de cada medida socioeducativa. Na medida de Prestação de Serviços à Comunidade a equipe mínima deverá ser composta por 01 técnico para cada 20 adolescentes, 01 referência socioeducativo para cada grupo de até 10 adolescentes e 01 orientador socioeducativo para até dois adolescentes simultaneamente - nesta medida a referência socioeducativa é o profissional de nível superior ou em função de gerência ou coordenação na respectiva unidade de atendimento. Na medida de Liberdade Assistida, o SINASE traz a

perspectiva de Liberdade Assistida Comunitária onde cada técnico (profissional de diferentes áreas do conhecimento que garanta o atendimento psicossocial e jurídico) acompanhará até 20 orientadores, sendo que cada orientador acompanhará até 02 adolescentes simultaneamente ou Liberdade Assistida Institucional onde não há o papel do orientador, cada técnico acompanhará simultaneamente até 20 adolescentes.

Já nas medidas socioeducativas de Semiliberdade e de Internação o SINASE traz a composição das equipes com profissionais formados em Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Direito. A composição mínima da equipe na unidade de semiliberdade para atendimento de no máximo 20 adolescentes é de 01 coordenador técnico, 01 assistente social, 01 psicólogo, 01 pedagogo, 01 advogado (defesa técnica), 02 socioeducadores e 01 coordenador administrativo e demais cargos a depender da demanda. Já na Internação, para o atendimento de até 40 adolescentes, a equipe mínima deverá ser composta por 01 diretor, 01 coordenador técnico, 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 pedagogo, 01 advogado (defesa técnica), demais profissionais para o desenvolvimento da saúde, escolarização, esporte, lazer, cultura, profissionalização e administração e socioeducadores. O SINASE dá atenção especial aos socioeducadores nessa medida socioeducativa. Segundo o SINASE, os socioeducadores serão profissionais que exerçam tanto a tarefa de preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes e dos funcionários quanto a tarefas relativas às atividades pedagógicas. Assim o SINASE traz a relação numérica de socioeducadores e adolescentes: um socioeducador para cada dois ou três adolescentes ou de um socioeducador para cada cinco adolescentes dependendo do perfil e das necessidades psicológicas destes, um socioeducador para cada adolescente ocorrerá em situações de custódia hospitalar que exige o acompanhamento permanente (24 horas), dois socioeducadores para cada adolescente ocorrerá quando a situação envolver alto risco de fuga, de auto agressão ou agressão a outros, um socioeducador para cada dois adolescentes ocorrerá nas situações de atendimento especial. Neste caso, muitas vezes devido ao quadro de comprometimento de ordem emocional ou mental, associado ao risco de suicídio, é necessário que se assegure vigília constante.

Com a inserção obrigatória de profissionais das áreas de psicologia, pedagogia e serviço social na composição mínima das equipes de execução da medida socioeducativa tem-se uma nova percepção sobre a execução. Para além da responsabilização do ato infracional a visão sociopsicopedagógica toma espaço para sua concretização objetivando a superação das práticas puramente repressivas e como instrumento para garantir direitos aos adolescentes em

cumprimento de medida socioeducativa, independente de qual medida for, e ainda, desenvolvendo práticas pedagógicas junto aos adolescentes.

O ECA e o SINASE afirmam práticas pedagógicas em sobreposição às práticas punitivas e repressivas que marcaram historicamente o atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais. O SINASE exemplifica as práticas pedagógicas que devem nortear o atendimento socioeducativo. São diretrizes pedagógicas elencadas pelo SINASE:

- 1 - Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios -**
- 2 - Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo**
- 3 - Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas**
- 4 - Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa**
- 5 - Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo**
- 6 - Diretividade no processo socioeducativo**
- 7 - Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa**
- 8 - Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional**
- 9 - Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente**
- 10 - Diversidade étnico racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica**
- 11 - Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa -**
- 12 - Formação continuada dos atores sociais:**

A formação continuada dos atores sociais envolvidos no atendimento socioeducativo é fundamental para a evolução e aperfeiçoamento de práticas sociais ainda muito marcadas por condutas assistencialistas e repressoras. Ademais, a periódica discussão, elaboração interna e coletiva dos vários aspectos que cercam a vida dos adolescentes, bem como o estabelecimento de formas de superação dos entraves que se colocam na prática socioeducativa exigem capacitação técnica e humana permanente e contínua considerando, sobretudo o conteúdo relacionado aos direitos humanos. A capacitação e a atualização continuada sobre a temática “Criança e Adolescente” devem ser fomentadas em todas as esferas de governo e pelos três Poderes, em especial às equipes dos programas de atendimento socioeducativo, de órgãos responsáveis pelas políticas públicas e sociais que tenham interface com o SINASE, especialmente a política de saúde, de educação, esporte, cultura e lazer, e de segurança pública. (SINASE, 2006, pág. 49)

A estrutura física é determinante na execução de um bom atendimento socioeducativo e deve ser orientado pelo projeto pedagógico de cada medida socioeducativa. A estrutura de atendimento em meio aberto, que são as medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, devem conter salas de atendimento individual e em grupo, salas de técnico e demais estruturas físicas que garanta condições de efetivar um bom atendimento socioeducativo. Quanto à medida de semiliberdade esta deve ser localizada em residência sem característica institucional, deve-se considerar as condições de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança, deve conter espaços para realização de refeições, espaço para atendimento técnico individual e em grupo, salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo, espaço para o setor administrativo e técnico e deve-se garantir condições adequadas de repouso dos adolescentes. Na medida de privativa de liberdade - internação, esta tem a característica de instituição, deve ser garantido todos os itens da semiliberdade acrescidos de espaço para visita íntima, área para atendimento de saúde/ambulatórios, espaço para atividades pedagógicas, espaço para salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar, espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura devidamente equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes e espaço para a profissionalização. Já as internações provisórias são parecidas com a medida de internação, excetuando a necessidade de espaço para visita íntima, profissionalização, e espaço de escolarização.

Os espaços físicos devem ser espaços para promoção e garantia de direitos, não de castigos ou de punições. A convivência comunitária e familiar deve ser garantida como condição da proteção integral da criança e do adolescente como superação do caráter de institucionalização, separação e segregação preconizada pela doutrina da situação irregular. Deve ter espaço reservado para aqueles adolescentes que têm sua integridade física e/ou psicológica ameaçada. Deve-se evitar a construção de grandes complexos que se assemelham à presídios, dando prioridade ao atendimento reduzido de adolescentes primando pela individualização da medida socioeducativa e evitando os efeitos danosos da privação de liberdade. Segundo o SINASE:

No SINASE considera-se que Unidade é o espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente com autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal, para o desenvolvimento de um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico. Neste sentido, cada Unidade terá até quarenta adolescentes, conforme a resolução nº 46/96 do Conanda, 40 sendo constituída de espaços residenciais denominados de módulos (estruturas físicas que compõem uma Unidade), com capacidade não superior a quinze adolescentes. No caso de existir mais de uma Unidade em um mesmo terreno, o atendimento total não poderá ultrapassar a noventa adolescentes. Neste conjunto de Unidades poderá existir um núcleo comum de administração logística. (SINASE, 2006, pág. 51)

Assim, o projeto arquitetônico das unidades, bem como as normas técnicas elencadas no documento do SINASE deve ser respeitado em casos de construção e/ou reformas das unidades socioeducativas, sempre respeitando o projeto pedagógico da medida socioeducativa a qual se destina. Os projetos arquitetônicos e complementares são definidos na lei 8.666/93 observando as orientações do SINASE.

Apesar das determinações de adequação das estruturas ao modelo descrito no SINASE e no ECA “internação em estabelecimento educacional”, na prática há muito o que melhorar. Débora Diniz em sua pesquisa etnográfica “Meninas fora da lei: a medida socioeducativa no Distrito Federal” apresenta sua percepção sobre a Unidade de Internação de Santa Maria no Distrito Federal:

Para minha surpresa, a resposta estava escrita na parede de um barraco de provisória: “a cadeia é onde o filho chora e a mãe não vê”. É isso: o estabelecimento educacional é uma cadeia de meninas. Não encontrei nada parecido a uma instituição pedagógica ou de cuidado. A descoberta não surpreende a quem vigia, as donagentes, ou a quem escreve sobre as meninas para o juiz, os especialistas socioeducativos. Em 2015, encontrei uma prisão com um vestígio de escola de três horas a cada manhã e com longos períodos de ócio. Vivi longos dias tomados pela solidão, pela tristeza quase enlouquecida, ou pelos livros. Encontrei uma fraternidade inesperada entre meninas e meninas, entre meninas e donagentes. Olhei para as 18 meninas sentenciadas que conheci, e como em uma triste profecia, as reconheci no presídio feminino. (DINIZ, 2017, pág.19)

O SINASE também traz o modelo ideal de gestão dos programas. A gestão ideal dos programas de atendimento socioeducativo é o modelo de gestão participativa. A gestão participativa articula todas as instâncias de direção, administração e coordenação em um mecanismo denominado “Grupo Gestor”. Ao grupo gestor cabe constituir-se num mecanismo de integração orgânica e sistêmica do grupo de gestores do sistema socioeducativo, ser um canal privilegiado para se estabelecer uma interlocução ativa e participativa entre os diferentes atores que integram as comunidades educativas, compartilhar coletivamente o poder nos processos decisórios do planejamento à execução das ações. O Grupo Gestor deve planejar, definir,

formatar, organizar, monitorar e avaliar em conjunto para melhor atender as necessidades do grupo destinatário dos serviços, no caso, os adolescentes.

O SINASE apresenta a ideia de “Comunidade Socioeducativa” como um objetivo a ser alcançado com a gestão participativa dos programas de atendimento socioeducativo. A Comunidade Socioeducativa é concretizada com a gestão participativa; com o diagnóstico situacional dinâmico e permanente que são as avaliação dos programas e projetos desenvolvidos no programas; assembleias, que são os encontros coletivos para discussão; comitês temáticas ou grupos de trabalhos; avaliação participativa; rede interna institucional, que é a articulação entre os diversos setores do programa de atendimento; rede externa, é a articulação com todos os parceiros da rede de atendimento; equipes técnicas multidisciplinares; projeto pedagógico e rotina da unidade e ou programa de atendimento que determinam horários de despertar dos adolescentes, refeições, higiene pessoal, cuidados com vestuários e ambientes, escola, oficinas, lazer, esportes, cultura, atendimentos técnicos, visitas, atividades externas e outras.

Por ser demasiado complexo, a forma de gestão financeira não será abordada neste trabalho. O SINASE também exemplifica qual é o modelo de gestão financeira do Sistema de Atendimento Socioeducativo nas três esferas de governo como as fontes de receita.

O SINASE também tem os eixos a serem trabalhados na execução da medida socioeducativa. São eles: Suporte institucional e pedagógico; Diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual; Educação; Esporte, Cultura e Lazer; Saúde; Abordagem familiar e comunitária; Profissionalização/Trabalho/Previdência e Segurança. Como nosso trabalho é voltado para superação das práticas punitivas e repressivas por parte dos socioeducadores, vamos nos ater e discutir o eixo da segurança.

É de suma importância a superação na prática das ações punitivas/corretivas e repressivas que marcaram o atendimento socioeducativo ao longo do tempo. As práticas dos profissionais de segurança são determinantes na efetivação do sistema de garantia de direitos e do próprio SINASE. Assim, a normativa do SINASE enumera os itens a serem trabalhados na execução das medidas socioeducativas relativas ao modelo ideal da segurança. Por ter importância primordial em nosso estudo, o eixo segurança será citado minuciosamente:

1) estruturar e organizar as ações do cotidiano socioeducativo e investir nas medidas de prevenção das situações -limite (brigas, quebradeiras, motins, fugas, invasões, incêndios, agressões e outras ocorrências desse tipo) compõe o conjunto de ações fundamentais do núcleo de intervenção estratégica da segurança preventiva;

- 2) assegurar que a organização espacial, funcional e a estrutura física das Unidades de atendimento socioeducativo – orientadas pelo projeto pedagógico – favoreçam a convivência entre os profissionais e adolescentes em um ambiente tranquilo e produtivo onde as situações críticas tenham chances reduzidas de eclosão e proliferação;
- 3) estabelecer procedimentos operacionais padronizados nos relacionamentos com as Polícias Militar e Civil, com a Defensoria Pública, com o Ministério Público, com a Justiça da Infância e Juventude assegurando o provimento de condições adequadas de segurança no atendimento socioeducativo;
- 4) receber fiscalização periódica e sistemática nos programas de atendimento socioeducativo do Ministério Público, da Justiça da Infância e da Juventude, dos Conselhos dos Direitos e do Conselho Tutelar;
- 5) assegurar que o processo de recrutamento e seleção do pessoal dirigente, técnico e operacional seja orientado pelo projeto pedagógico, e, sobretudo que os profissionais sejam vocacionados e estejam preparados para enfrentar e resolver as situações críticas;
- 6) oferecer periodicamente, no máximo a cada três meses, treinamentos práticos de segurança, combate a incêndio e a prestação de atendimento de primeiros socorros para todos os profissionais do atendimento socioeducativo, bem como equipar a entidade de atendimento de todo material necessário para essas intervenções quando necessárias;
- 7) treinar sistematicamente os profissionais do atendimento socioeducativo para que saibam agir com discernimento e objetividade nos momentos de situações -limites do atendimento e, sobretudo em técnicas de negociação (exclusivo para medidas socioeducativas privativas de liberdade, incluindo a internação provisória);
- 8) investir na capacitação introdutória e contínua de todos os envolvidos no atendimento socioeducativo a partir do diagnóstico das potencialidades e dificuldades da equipe institucional considerando as competências específicas e complementares;
- 9) assegurar revista às famílias de forma humanizada e digna;
- 10) criar regras e mecanismos ágeis para a substituição de profissionais quando os mesmos adotarem condutas desleais, retaliadoras, rancorosas, vingativas, provocativas ou outras atitudes antipedagógicas;
- 11) estabelecer um fluxo na comunicação com os adolescentes favorecendo o bom andamento do trabalho socioeducativo e a manutenção de um clima de entendimento e paz e, sobretudo coibindo e evitando todo e qualquer tipo de tratamento vexatório, degradante ou aterrorizante contra os adolescentes; e
- 12) utilizar a contenção do adolescente somente como recurso para situações extremas que envolvam risco à sua integridade e de outrem (SINASE, 2006, página 65)

Como podemos observar, o SINASE têm uma perspectiva protetiva, pedagógica e garantista. É um modelo desenvolvido por meio da participação de diversos setores da sociedade, e exige compromisso de todos para sua execução. A base legal para sua criação foram os dispositivos legais da CF e do ECA. É um modelo nunca antes desenvolvido na esfera de execução das medidas socioeducativa. Antes da Constituição Federal e do ECA prevalecia o caráter repressivo e punitivo da medida, agora, os parâmetros para atuação de todos que compõe o sistema são pautados em práticas éticas e pedagógicas. O SINASE virou lei em 2012 sendo exigido seu conhecimento para investidura nos cargos públicos que compõe sua estrutura.

A título de exemplo, de 2012 até 2018 tivemos no Distrito Federal apenas um concurso público, em 2015, para provimento dos cargos públicos, dado o histórico da institucionalização do atendimento socioeducativo, é muito recente. No concurso de 2010, foi exigido este conteúdo, mas ainda não tinha o poder de ser uma legislação e suas implicações como lei, era uma normativa do CONANDA.

O SINASE a nível nacional obriga os entes federativos a organizar o atendimento socioeducativo em seu respectivo âmbito. O Distrito Federal foi o primeiro ente federativo a criar uma carreira específica para o atendimento socioeducativo. A criação da carreira foi permeada por embates políticos ideológicos e de disputa de projetos, abordaremos no próximo capítulo a disputa de projetos ainda existente dentro da carreira socioeducativa.

Segundo o SINASE, os cargos que têm maior exigência na execução das medidas socioeducativas são: psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e socioeducadores. Aos especialistas cabe a execução das atribuições nas respectivas áreas de formação bem como observar e respeitar os códigos de ética de cada profissão. Aos assistentes sociais em específico, deve-se agir conforme os princípios do código de ética que são:

- I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II - Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV - Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII - Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX - Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI - Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

O serviço social após o processo de ruptura com as bases conservadoras que formavam a prática dos assistentes sociais, afirma seu compromisso com a classe trabalhadora no sentido de garantir e efetivar a luta por direitos. Assim como a legislação sobre o atendimento institucional aos “menores” durante vigência da doutrina da situação irregular até o processo de redemocratização na década de 80, a intervenção profissional do assistente social era pautada no ajustamento moral como afirma Barroso:

A ação profissional tem por objetivo eliminar os “desajustes sociais” através de uma intervenção moralizadora de caráter individualizado e psicologizante; os “problemas sociais” são concebidos como um conjunto de “disfunções sociais”, julgadas moralmente segundo uma concepção de “normalidade” dada pelos valores cristãos. (BARROCO, 2006, pág. 94)

A partir do processo de abertura democrática e com relação à prática dos assistentes sociais com a reformulação teórica, metodológica e política dos anos 60 com o Congresso da Virada, anos 70 e principalmente 80, o processo de ruptura com a prática conservadora se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993. O código de ética tem uma dimensão prática apresentada por Barroso “Coerente com seus fundamentos, o Código trata de dimensão prático-operativa, tendo por eixo a defesa e a universalização dos direitos sociais e de mecanismos democráticos de regulação social.” (Barroso, 2006, pág. 205). Com essa análise podemos perceber que a prática dos assistentes sociais, inclusive na execução da medida socioeducativa, toma a direção de garantia de direitos para superação das condições de pauperização da classe trabalhadora. O que antes se compreendia como desajuste moral, agora tem-se a relação da questão social como fundante da expressão social dos adolescentes em conflito com a lei. Essa transformação na compreensão da intervenção dos assistentes sociais tem efeitos nas relações profissionais com a categoria de agentes socioeducativos que não reformularam sua prática ao longo da história permanecendo no caráter punitivo-repressivo, acarretando em embates políticos ideológicos e de disputa de projetos societários. De um lado os assistentes sociais na busca por uma sociedade livre, justa e igualitária de outro lado profissionais marcados historicamente pelo caráter repressivo da medida socioeducativa.

Aos agentes de segurança socioeducativo cabem as atividades descritas no SINASE destinadas aos socioeducadores, não é exigido uma formação específica ao cargo. As atribuições dos socioeducadores são tarefas ligadas tanto à preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes bem como tarefas ligadas às atividades pedagógicas. Cabem aos socioeducadores o encaminhamento e acompanhamento para atendimento técnico dentro e fora

das unidades socioeducativas, visita de familiares, audiências, atendimento de saúde dentro ou fora dos programas socioeducativos e atividades externas. É de grande importância o respeito aos direitos humanos. Os adolescentes devem ser tratados como sujeito de direitos independente de seu ato infracional. A aplicação da medida é justamente para responsabilizá-los pelos atos cometidos, cabe à execução da medida socioeducativa trazer novas perspectivas de vida ao adolescente, ressignificando suas ações. Por estar em contato direto com os adolescentes, os agentes socioeducativos devem construir um vínculo de respeito sendo exemplo diário na dinâmica institucional.

O Distrito Federal também criou seu Projeto Político Pedagógico das medidas socioeducativas em 2013, já na gestão da Secretaria da Criança. Ele traz estratégias pedagógicas a serem traçadas pelo governo do Distrito Federal nas medidas de meio aberto, semiliberdade e internação. Seguindo a 2ª diretriz pedagógica que diz: Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo. Os programas devem ter, obrigatoriamente, projeto pedagógico claro e escrito em consonância com os princípios do SINASE. O projeto pedagógico deverá conter minimamente: objetivos, público--alvo, capacidade, fundamentos teórico--metodológicos, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, monitoramento e avaliação de domínio de toda a equipe.

Este projeto será orientador na elaboração dos demais documentos institucionais (regimento interno, normas disciplinares, plano individual de atendimento). Sua efetiva e conseqüente operacionalização estará condicionada à elaboração do planejamento das ações (mensal, semestral, anual) e conseqüente monitoramento e avaliação (de processo, impacto e resultado), a ser desenvolvido de modo compartilhado (equipe institucional, adolescentes e famílias). (Projeto Político Pedagógico – DF, 2013)

Assim, o Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas foi construído conjuntamente com os diversos atores do sistema socioeducativo do Distrito Federal por meio de reuniões onde se discutiram a formulação tanto político como prático das ações da secretaria. Não havia na secretaria nenhum documento que orientasse a prática dos servidores na execução das medidas socioeducativas, esse foi, portanto, o primeiro documento que especificava e direcionava as ações socioeducativas.

Em 2015, o governo do Distrito Federal lançou o 1º Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo também como resposta ao disposto no SINASE que obriga os Estados o Distrito Federal e os municípios a criar de planos de atendimento socioeducativo. Este teve a participação de diversos atores, setores e órgãos em obediência à gestão participativa preconizada pelo SINASE e a luz do artigo 204 da Constituição Federal que dispõe sobre a participação da população na política de assistência social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Participaram da elaboração do 1º Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo servidores do

sistema socioeducativo do Distrito Federal: especialistas, técnicos administrativos e atendentes de reintegração social, socioeducandos, familiares dos socioeducandos, Defensoria Pública do Distrito Federal, Vara de Execução de Medidas Socioeducativas – VEMSE/TJDFT, Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal – VII/TJDFT, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, Secretaria de Justiça e Cidadania, Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal – CRP/DF, Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA/DF e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA.

A criação do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo visa a superação na prática da visão menorista, da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes sujeito de direitos. Têm o objetivo de superar o caráter filantrópico como sinalizou Rizzini sobre o início da institucionalização de crianças e adolescentes, para o caráter de política pública promovendo a participação popular de diversos setores e principalmente superar a questão de somente responsabilizar os adolescentes pelos seus atos para educar e enfim promover a socioeducação. O PDAS expõe as dificuldades enfrentadas para implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo principalmente com relação à administração da segurança.

Há na realidade brasileira, diversos pontos para efetivação das medidas socioeducativas. Mesmo com documentos nacionais e internacionais que evidenciam como o Estado deve executar as medidas socioeducativas, na prática, há vários entraves para efetivação dos direitos da criança e do adolescente e o respeito aos direitos humanos, bem como a socioeducação propriamente dita. Primeiro, deve ser de prioridade absoluta dos governos a garantia da proteção integral à crianças e adolescente. A participação de toda população é importante para efetivar o SINASE. Deve ser de conhecimento de todos a política de atenção à criança e ao adolescente. O desconhecimento das legislações e da política legitima a continuidade histórica das práticas punitivas e repressivas bem como o discurso de redução da maioria penal. Os discursos que dizem que a política de atendimento socioeducativo não funciona, advém do desconhecimento da mesma. Esta é relativamente nova e devido aos entraves para sua efetivação não foi implementada em sua totalidade para afirmações de que a política não funciona. É necessário tempo e sua integral implementação para avaliar sua efetividade. Enquanto não ocorre, o processo de luta em busca de melhorias e defesa dos direitos continua.

A precarização do mundo do trabalho também é um fator determinante na consecução do atendimento socioeducativo. Há falta de servidores de todas as especialidades. Muitas

atividades desenvolvidas pelos especialistas deixam de ser executadas pela falta de servidores, prejudicando o atendimento. Os adolescentes em medida socioeducativa de internação passam mais horas confinados em seu alojamento do que realizando atividades socioeducativas como mostra o estudo realizado pela pesquisadora Débora Diniz em seu trabalho “Meninas fora da lei”. As adolescentes em conflito com a lei passam em média 19 horas dentro dos alojamentos e 5 horas em atividades externas ao módulo, em um dia de 24 horas. Muitas das unidades também funcionam de forma precária, as instalações não são adequadas e destoam do ideal descrito no SINASE.

Ainda hoje encontramos dados que explicitam violação de direitos humanos, com casos graves de tortura cometidos principalmente por agentes socioeducativos. Diante disto, se faz necessário pesquisar qual é o conteúdo oferecido para os agentes socioeducativos que estão inseridos no sistema socioeducativo, assim como a formação para novos agentes. As capacitações são instrumentos que potencializam a busca de um projeto societário. Se no ordenamento jurídico brasileiro e internacional temos princípios e diretrizes que ditam quais os parâmetros para atuação dos agentes socioeducativos, e ainda assim nos deparamos com dados acerca da violação de direitos, há um direcionamento claro quanto às práticas dos agentes socioeducativos, gerando contradições e dificuldades de execução da Política de Atendimento Socioeducativo bem como a perpetuação de uma “cultura institucional” ainda existente herdada da execução da política do antigo código de menores.

No capítulo seguinte, vamos discutir a realidade histórica do Distrito Federal considerando suas legislações na execução da política de atendimento socioeducativo. Analisar a formação dos agentes socioeducativos do DF como ponto principal para efetivação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e demais legislações. Como se dá a prática dos agentes socioeducativos e as necessárias transformações na dinâmica institucional.

Capítulo III

A luta de culturas institucionais no atendimento de crianças e adolescentes no DF

O atendimento institucional destinado a crianças e adolescentes em Brasília teve início com o surgimento da Capital Federal na década de 1960. Várias pessoas de diferentes localidades vieram à Brasília em busca de melhores condições de vida e trabalho, entretanto, com a falta de estrutura, de serviços básicos e de renda suficiente à subsistência os problemas sociais foram se agravando, inclusive a expressão da questão social dos adolescentes autores de atos infracionais. A lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1964 do Distrito Federal organizou a estrutura administrativa da nova capital. Cabia à Secretaria de Serviços Sociais - SSS/DF os serviços de “Recuperação, Orientação Social; Assembleia ao Menor; Assistência à População Desfavorecida, Habitações Econômicas de Interesse Social” constante no artigo 4º parágrafo VI. Seguindo esse entendimento e de acordo com a Política Nacional de Bem-Estar ao menor foi necessário organizar um espaço destinado ao atendimento aos “menores infratores”. O primeiro espaço criado pelo governo do Distrito Federal foi um galpão localizado na Região Administrativa da Candangolândia, adquirido por meio de doação e batizada com o nome do 1º juiz de menores do Brasil “Casa Mello de Mattos do Menor Trabalhador”.

Com a padronização preconizada pela Política Nacional de Bem-Estar ao Menor, era necessário adequar as estruturas de atendimento à essa política. Foi então determinado a desativação daquele espaço e a construção de um novo. O novo espaço era localizado no SGAN 915/916, criado pelo Ato nº 294 de 17 de setembro de 1976 “destinado à permanência do maior de 14 anos a 18 que praticasse ato considerado infração penal, por um período mínimo necessário para diagnosticar seu estado de saúde e aquilatar seu comportamento social” (TJDFT, DF, p.26)

Em 1979 com o advento do segundo código de menores, em seu artigo 9º diz “as entidades de assistência e proteção ao menor serão criadas pelo Poder Público, segundo as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, e terão centros especializados destinados à recepção, triagem e observação, e à permanência de menores”. O serviço de atendimento foi organizado da seguinte forma: competia à FUNABEM normatizar o atendimento aos “menores em situação irregular”, ao Juizado de Menores dispor sobre a assistência, proteção e vigilância a esses sujeitos e à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal – FSS/DF operacionalizar as medidas indicadas pelo Juizado de Menores no âmbito da administração do Distrito Federal.

Segundo as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, a execução do atendimento ao “menor infrator” deveria ser realizada pelo poder público, sendo assim, a Fundação do Serviço Social encaminhou a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor um projeto de cooperação financeira para que pudesse criar o espaço arquitetônico necessário e a organização do atendimento. A FUNABEM realizou projetos específicos, contratou pessoal e executou o atendimento nos anos de 1979 e 1980.

A contratação de servidores para exercer a função da segurança perpassa os requisitos para investidura em cargos de segurança pública que são policiais civis e militares, portanto, a formação dos profissionais responsáveis pela segurança na unidade possuía o viés policialesco. Como não havia a percepção da criança e do adolescente como sujeito de direitos, nem a doutrina da proteção integral, era executada a segurança pura e simplesmente, com caráter repressivo e corretivo.

No ano de 1983 a Fundação do Serviço Social elaborou um novo projeto para o atendimento denominado “Projeto de Atendimento ao Menor Infrator – PROAMI” que organizou administrativamente no Distrito Federal em três unidades especializadas: Centro de Triagem e Observação de Menores (CETRO); Comunidade de Educação, Integração e Apoio ao Menor e Família (COMEIA) e Comunidade de Terapia e Educação de Menores (COTEME). A COMEIA era onde se desenvolvia as ações e os atendimentos aos adolescentes autores de ato infracional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, propôs reorganizar o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei sendo necessária a devida organização administrativa capaz de atender ao novo ordenamento. Seguindo essa lógica a COMEIA foi desativada e passou a responsabilidade para o CETRO, que foi renomeada de CERE (Centro de Reclusão do Adolescente Infrator). A partir do estatuto, o atendimento deveria ser realizado em três frentes: Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação. A liberdade assistida sendo executada pelos Centros de Desenvolvimento Social – CDS, localizados nas regiões administrativas do Distrito Federal; semiliberdade executada pelas Unidades Domiciliares, também localizadas nas regiões administrativas e internação executada por uma unidade de internação, o CERE passou a ser denominado CAJE (Centro de Atendimento Juvenil Especializado) em 1994.

Até o ano de 2003 a única unidade disponível para a execução das medidas socioeducativas de internação era o CAJE, palco de diversas mortes de adolescentes e violação de direitos humanos. Nesse ano foi iniciado o atendimento aos adolescentes no Centro

Socioeducativo Amigoniano (CESAMI) que à época era executado em parceria com a Congregação dos Religiosos Terciários Capuchinos de Nossa Senhora e administrada pelos Freis Amigonianos. O CESAMI era destinado aos adolescentes em internação provisória, mas, insuficiente.

Após a intervenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos acionada pelo Conselho de Direitos da Criança e Adolescentes foi concedida medida cautelar no ano de 2006 que obrigava o Distrito Federal a garantir os direitos das crianças e adolescentes. A partir desse ano, foram construídas novas unidades de internação, a unidade de Internação do Recanto das Emas (antiga Granja das Oliveiras) e em 2008 a Unidade de Internação de Planaltina.

Mesmo com a construção de novas unidades, o CAJE continuou sendo espaço de violação de direitos. Diante da disputa de projetos e de interesses, já que o CAJE era localizado em região nobre do Distrito Federal. Foi criado o Plano para desativação do CAJE com a construção de novas unidades capazes de executar as medidas socioeducativas. Esse plano incluía a construção do Núcleo de Atendimento Inicial em uma Unidade de Atendimento Inicial – destinado aos adolescentes apreendidos em flagrante - novas unidades de internação e semiliberdade. Nesse plano, houve interesse em qualificar o atendimento em Meio Aberto que, pelas estatísticas, são as primeiras medidas aplicadas aos adolescentes antes do cometimento de atos infracionais mais gravosos e um dos pontos relevantes no SINASE.

Hoje o Distrito Federal possui uma unidade de atendimento integrado, 15 unidades de atendimento em meio aberto, localizadas em diversas Regiões Administrativas, 5 unidades de semiliberdade, sendo 1 exclusivamente feminina e 5 unidades de internação localizadas nas regiões de Santa Maria, São Sebastião, Planaltina, Recanto das Emas duas ainda em construção (1 unidade de internação exclusivamente feminina hoje localizada dentro de uma unidade predominantemente masculina na Unidade de Internação de Santa Maria e outra em Brazlândia destinada aos adolescentes masculinos, hoje localizada dentro da unidade de internação de São Sebastião), contando ainda com a Unidade de Internação de Saída Sistemática, e a Unidade de Internação Provisória de São Sebastião.

Do ponto de vista administrativo, até 2007 o sistema socioeducativo foi gerido pela SEDEST-DF (Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda) ano em que a gestão passou para a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SEJUS-DF. Um ponto importante nessa transição é que até 2007, segundo o I Plano de Decenal de Atendimento Socioeducativo, a Secretaria de Segurança Pública SSP-DF gerenciava o CAJE, ou seja, os

profissionais que atuavam na segurança tinham formação com base nas polícias civil e militar, eram policiais civis e bombeiros que agiam e percebiam sua prática sem o viés pedagógico da medida socioeducativa. A partir de 2011 com a mudança de governo, a SEJUS passa a execução das medidas socioeducativas à Secretaria da Criança – SECRIA-DF responsável por articular programas e projetos destinados à proteção, defesa e promoção da criança e do adolescente. Já em 2015, a SECRIA passou a ser Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, incorporando a Secretaria de Políticas para a Juventude. Diante do histórico estudado ao longo deste trabalho, percebemos o quanto é importante o caráter de política pública das medidas socioeducativas com uma secretaria específica para o atendimento e desenvolvimento de estudos sobre crianças, adolescentes e juventude. Diferente da execução dessa temática por uma pasta governamental onde não é prioridade o atendimento a esse público. A criação de uma secretaria com uma subsecretaria específica para o atendimento socioeducativo demonstra interesse, mesmo permeado por contradições inerentes, por parte do Estado em efetivar a política socioeducativa no âmbito do Distrito Federal.

Portanto, percebemos que ao longo da história tanto nacional quanto no âmbito do Distrito Federal, a formação dos agentes socioeducativos se deu de forma policialesca. No que se refere à disputa de projeto societário, temos socioeducadores formados com base nas polícias e na visão sociopsicopedagógica, situação ampliada agora com novos profissionais. Como dito anteriormente, até 2007 o órgão responsável por gerenciar o antigo CAJE era a secretaria de segurança pública com uma parte do quadro de pessoal cedida por este órgão de acordo com a publicação “I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo” e outra parte por meio de contrato temporário. Somente a partir do concurso público de 2008 e de 2010 é que começa a organização com servidores próprios. Com o advento do SINASE e das demais legislações que tratam da formação dos agentes de segurança e afirmam categoricamente a primazia da prática pedagógica sobre os aspectos meramente sancionatórios, têm-se a real necessidade de transformação da prática dos agentes socioeducativos de uma prática punitiva e repressiva para uma prática socioeducativa humanizada.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos prevê a formação dos profissionais que atuarão no sistema de justiça e segurança, incluindo nesse processo, os profissionais do sistema socioeducativo, assim como as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude que prevê o caráter pedagógico das medidas socioeducativas numa junção entre a segurança a ser garantida e a educação:

[...]a capacitação e o tratamento dos jovens colocados em instituições tem por objetivo assegurar seu cuidado, proteção, educação e formação profissional, para permitir-lhes que desempenhem um papel construtivo e produtivo na sociedade. (NAÇÕES UNIDAS, 2002, item 26.1)

Nesse contexto, a segurança e a educação andam juntas, uma não é efetivada sem a outra, sem a segurança muitas vezes é difícil a execução de propostas pedagógicas, e a segurança sem o viés educativo é vazia, sem sentido, e em desacordo com as propostas legais. Portanto, não se ignora ou torna irrelevante a necessidade de uma equipe de segurança, já que mantemos o padrão de encarceramento de seres humanos, nem a realidade insalubre e de risco que os agentes socioeducativos vivenciam em unidades de atendimento socioeducativo no Distrito Federal e em outras unidades federativas. Entretanto torna-se necessário uma nova formação para os socioeducadores que siga as orientações internacionais e nacionais no atendimento socioeducativo.

Com o objetivo de transformar a prática dos executores de medidas socioeducativas diversas iniciativas tiveram destaque. A Escola Nacional de Socioeducação vinculada a Universidade de Brasília é um dos exemplos. Ela desenvolve cursos de capacitação para todos os atores do sistema de garantia de direitos do Brasil. O curso é realizado por meio da plataforma moodle e à distância. Têm o objetivo de proporcionar formação continuada para todos os profissionais que trabalham direta ou indiretamente no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Têm o objetivo específico de “criar um espaço para reflexão crítica, sistematização e registro de práticas institucionais e aprimoramento de instrumentos de trabalho, tendo como foco o/a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa” e têm carga horária de 165h.

A partir de 2015 no Distrito Federal diversos profissionais que trabalham na execução das medidas socioeducativas dos concursos públicos anteriores a nova formação, ou seja, dos concursos de 1998, 2008 e 2010, tiveram a iniciativa de desenvolver cursos de capacitação pautado nos princípios do SINASE. Foi desenvolvido por especialistas e agentes socioeducativos o Curso de Segurança Protetiva. Entende-se por segurança protetiva a prevalência dos aspectos preventivos e uso mínimo da força física e exclusivo às situações limite. Esse curso é ofertado a todos os servidores do sistema socioeducativo, mas sem obrigatoriedade. Segundo sua ementa os objetivos do curso são: difundir a concepção prática e teórica dos princípios da Segurança Protetiva em todo o sistema socioeducativo do Distrito Federal, trazer aos servidores reflexões e conhecimentos fundamentais para atuar na socioeducação, uniformizar os procedimentos de segurança no âmbito do sistema socioeducativo, proporcionar aos servidores condições técnicas para atuar nas mais diversas

situações que envolva mediação de conflitos e contenções de adolescentes, preparar o servidor para agir nas mais diversas situações com controle emocional, objetividade e legalidade, profissionalizar os servidores com o escopo de diminuir o número ocorrências que são geradas pela falta de preparo ou utilização de instrumentos inadequados durante o transcorrer da atividade laboral e especializar o servidor continuamente fazendo-o consciente de suas responsabilidades, direitos, deveres e obrigações, buscando sempre a excelência em seu aprimoramento técnico profissional.

Este curso é desenvolvido em parceria com a Escola de Governo e têm carga horária de 60h. São trabalhadas tanto a parte teórica quanto a parte prática de defesa pessoal e técnicas de contenção em caso de situações limite e formas de evitar chegar nessas situações.

No ano de 2015 foi realizado novo concurso público para preencher vagas de diversos cargos, entre eles para o cargo de agente socioeducativo. Como requisito os candidatos tiveram que passar obrigatoriamente pelo Curso de Formação. O tipo de formação que é ofertada aos agentes socioeducativos é um importante instrumento contra a prática punitiva marcante no dia a dia das unidades socioeducativas. Por tal motivo, daremos ênfase ao currículo do curso de formação dos novos agentes, que foi executado em 2016.

Por meio da colaboração e total disponibilidade do agente socioeducativo José Carlos responsável pela diretoria de capacitação da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, pudemos analisar o plano de ensino do curso de formação para novos agentes. No plano de ensino constam as disciplinas: 1. A atuação dos agentes socioeducativos e ação socioeducativa, 2. O contexto da segurança no sistema socioeducativo, 3. Segurança protetiva, preventiva, interventiva e socioeducativa, 4. Procedimentos e fluxos da segurança socioeducativa, 5. Rotina de revista e apreensão de materiais e por fim 6. Uso do rádio de comunicação cooperativa.

1. A atuação dos agentes socioeducativos e ação socioeducativa: nesta disciplina foram abordadas as medidas socioeducativas e como elas são executadas. Qual o papel do agente de segurança socioeducativo (função da segurança e da socioeducação) e sua função na execução das medidas de privação de liberdade, semiliberdade e nas medidas de meio aberto. Quais as atribuições e responsabilidades desse cargo. Gerenciamento de crises e situações limite e os procedimentos de segurança para um bom andamento das atividades diárias das unidades. Também foi abordado segundo a ementa o relacionamento com os demais cargos prezando pelo respeito mútuo;

2. O contexto da segurança no sistema socioeducativo: qual o conceito de segurança e suas variadas concepções. Foram estudadas as medidas de meio aberto e as medidas privativas de liberdade. Segurança socioeducativa: quais os dispositivos legais que tratam da segurança em específico no atendimento socioeducativo bem como seu conceito. Introduziu os conceitos de segurança protetiva, preventiva e interventiva. E novamente quais as atribuições e responsabilidades dos agentes de segurança socioeducativo na execução das medidas socioeducativas;
3. Segurança protetiva, preventiva, interventiva e socioeducativa: origem e concepções de segurança. Conceito de segurança socioeducativa e dispositivos legais que regem a segurança socioeducativa. Segurança protetiva com o uso protetor da força. Segurança Preventiva que é regido pelo Plano de Segurança Socioeducativo. Segurança interventiva que estudou o ciclo OODA - observe, oriente, decida e aja, o uso diferenciado da força e instrumentos e técnicas de menor potencial ofensivo;
4. Procedimentos e fluxos da segurança: a segurança no meio aberto: relacionamento com a rede de serviços. A segurança na semiliberdade com o regulamento operacional das semiliberdades. A segurança na internação onde possui maior efetivo de agentes socioeducativos. Na segurança da internação foram estudados os procedimentos na portaria, procedimentos administrativos, procedimentos de revista, banho de sol dos adolescentes, refeições, televisores e ligações telefônicas, o uso dos rádios de comunicação e da vigilância eletrônica (câmeras de segurança), o ensino e a profissionalização dos adolescentes, as medidas de convivência protetora, os módulos de atendimento especializado para adolescentes com problemas de convivência com outros adolescentes. Princípios, regras, técnicas e materiais necessários para garantir a proteção da integridade física dos socioeducandos e servidores. Princípios para o uso protetivo da força e equipamentos de segurança e sua utilização. Foi estudado também a central de vagas que direciona os adolescentes às unidades bem como o remanejamento em casos necessários. Segurança no acompanhamento externo com o sigilo das informações, articulação com as demais unidades e procedimentos de segurança.
5. Rotina de revista e apreensão de materiais: conceito de revista, procedimentos de revista pessoal, de materiais e de instalações físicas e encaminhamento após a detecção de objetos ilícitos ou ilegais;

6. Uso do rádio de comunicação cooperativa: nessa disciplina estudaram o conceito de comunicação, a evolução das comunicações, radiocomunicação e seu conceito, classificação dos rádios e frequências de operação, manuseio do rádio, código “Q” internacional, código fonético internacional e código numérico.

Essa nova proposição do currículo para formação de novos agentes se contrapõe à formação policlesca. Tem o objetivo de tornar a prática dos socioeducadores de fato promotor de direitos humanos. É uma significativa transformação na formação desses profissionais sendo a primeira formação após as legislações que dispõem sobre o atendimento socioeducativo. Na prática, os novos profissionais convivem com os profissionais formados nos moldes policlescos. Grande parte dos servidores do sistema socioeducativo são “antigões” como dizem no linguajar de dentro das unidades. Essa relação traz um contraponto para o trabalho dos novos agentes no tocante ao modelo ideal da segurança apresentado pelo SINASE. A cultura institucional do “menor infrator” que merece ser punido continuamente pelos seus atos é legitimada pela sociedade. Essa cultura ainda não superada mesmo com o advento de novas legislações começa a ser confrontada com a nova visão dos novos agentes. Aos poucos, a prática dos agentes socioeducativos começa a se transformar devido às novas formações e capacitações, já que anteriormente não havia parâmetros legais para atuação desses profissionais.

Somente neste último concurso público, de 2015, a formação dos novos profissionais responsáveis pela segurança foi realizada dentro das diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo propondo uma nova intervenção. Entretanto a realidade de violação de direitos dentro das unidades socioeducativas ainda permanece.

No dia a dia das unidades socioeducativas do Distrito Federal são relatadas situações de violação de direitos com violência física e psicológica praticadas por agentes socioeducativos. Essa realidade destoa da proposta ideal quanto à preservação da integridade física e psíquica e da execução da parte de segurança preconizada por documentos internacionais e pelo SINASE. Os profissionais formados nos moldes das polícias perpetuam a cultura institucional do “menor infrator” legitimado também por grande parte da sociedade. Por cultura institucional entende-se um conjunto de valores, crenças, rituais e normas adotadas por uma instituição. Essa prática é reflexo do código de menores demonstrando a dificuldade de superação da lógica menorista para a materialização do sujeito de direitos.

São relatados pelos adolescentes e pelos profissionais especialistas casos de agressão física com o intuito de correção ou punição por alguma falta disciplinar cometida pelo

adolescente. Há casos em que os agentes socioeducativos esperam chegar em situações limites, podendo ter agido previamente prevenindo-as, para que se justifique o uso da força, força esta utilizada acima do necessário. Para coibir essas situações o uso do sistema de monitoramento por câmeras se faz necessário. Na prática, ao ter ciência que as câmeras de segurança podem filmar ações violentas, agressões ou qualquer ilegalidade, punindo rigorosamente, inclusive com a perda do cargo público, os agentes socioeducativos podem agir com maior discernimento. Para além das punições, as câmeras de segurança também são aliadas dos agentes socioeducativos sendo utilizadas em casos de falsa comunicação de ilegalidade, bem como mostrar a realidade vivenciada dentro das unidades socioeducativas.

Também são relatos frequentes os casos de abuso de poder, situações onde os socioeducadores agem acima do limite legal e criam regras unilaterais, privando ainda mais os adolescentes de seus direitos, além da privação da liberdade. Casos em que os socioeducadores não respeitam o horário de repouso e descanso agindo de forma truculenta. Para essas situações o fortalecimento de órgãos de controle interno como a corregedoria e ouvidoria é de grande importância. A apuração dos fatos por parte de uma corregedoria estruturada e fortalecida é grande aliada na defesa e garantia dos direitos dos adolescentes, principalmente dos adolescentes privados de sua liberdade.

Os adolescentes muitas vezes no dia a dia passam por humilhações e assédio moral. Alguns socioeducadores tratam os adolescentes de forma desumana com xingamentos, palavras de baixo calão, ou utilizam de jargões como “bandido bom é bandido morto” e em casos que necessitam de uma rápida intervenção “deixa morrer. A forma como alguns socioeducadores tratam os adolescentes inferioriza a própria existência do adolescente, tornando-o insignificante. Essa forma de tratar os adolescentes em seu dia a dia dificulta a execução das práticas pedagógicas que buscam ressignificar a trajetória do adolescente, marcada por violação de direitos. Nesses casos em que a prática dos socioeducadores ultrapassam a esfera moral e ética são necessários instrumentos para que o socioeducador repense sua função na medida socioeducativa, como cursos de formação continuada e reciclagem.

Infelizmente, a maior parte dos agentes que cometem faltas graves no trato com os adolescentes acham insignificante a participação continuada em cursos de formação. Muitos não se interessam em qualificar seu trabalho e adequar às novas exigências legislativas, nem criar um processo reflexivo acerca da realidade que os adolescentes enfrentam em suas famílias e comunidades.

Essa forma de perceber e atuar na execução da medida socioeducativa por parte de vários agentes socioeducativos representa um grande desafio na efetivação do SINASE e na garantia de direitos dos adolescentes. Além do uso do sistema de monitoramento e o fortalecimento de órgãos de controle, a capacitação permanente é um importante instrumento para transformar a prática dos socioeducadores de punitiva e repressiva para a socioeducação propriamente dita, um momento em que o socioeducador se torna parte do processo pedagógico da medida socioeducativa. Deve se tornar obrigatória a participação dos antigos agentes em cursos de formação continuada para que percebam sua função diária na medida socioeducativa e se adequem ao modelo de segurança socioeducativa das legislações.

As formas de agir dos profissionais de segurança citados anteriormente refletem nos embates com os demais cargos que prezam pelo respeito aos direitos humanos, principalmente os assistentes sociais, que são formados para defesa intransigente dos direitos e contra qualquer forma de autoritarismo, arbitrariedade e ilegalidade. A cultura institucional dos socioeducadores luta contra a efetiva execução das propostas pedagógicas formadas pelas equipes de psicólogos, pedagogos e assistentes sociais de acordo com a composição mínima das equipes apresentada pelo SINASE e a nova formação dos novos agentes. Por não terem formação específica, os agentes socioeducativos podem ser formados por qualquer área distinta das formações sociais que prezam pela efetivação o Sistema de Garantia de Direitos. Nestes casos podemos identificar a disputa de projeto existente dentro do sistema nacional de atendimento socioeducativo. De um lado pessoas formadas profissionalmente sem o viés pedagógico da intervenção, de outro, profissionais que pautam sua prática dentro da garantia e respeito aos direitos humanos. A disputa de projetos é um ponto determinante na saúde mental dos profissionais que trabalham diretamente com os adolescentes em conflito com a lei, o embate direto com profissionais que não refletem sobre sua prática gera desgastes emocionais que limitam a atuação profissional.

Mesmo com a problemática da cultura institucional ainda marcante nas unidades socioeducativas, tivemos importantes avanços na materialização do SINASE, como é o caso da formação para novos servidores e a importância da formação da equipe mínima. A legislação é relativamente nova dado o histórico do atendimento institucional. Os reflexos dessa mudança precisam de tempo para acontecer e para que possamos analisar se de fato a prática dos agentes socioeducativos se transformará com esses avanços.

Todas as práticas que destoam do ideal podem ser transformadas para um melhor atendimento socioeducativo por parte dos agentes de segurança socioeducativo. Temos

exemplos de boas práticas realizadas pelos agentes no dia a dia das unidades socioeducativas. A exemplo, temos servidores que prezam pelo respeito à dignidade dos adolescentes, bem como buscam sempre estar em cursos de capacitação para melhor atender o público adolescente. Há diversos servidores que refletem sobre o seu papel na intervenção com os adolescentes diariamente e tentam compreender a realidade dos adolescentes em conflito com a lei. Na Unidade de Internação de Santa Maria tivemos a participação de agentes socioeducativos na execução do projeto “Leitura - A arte do saber” que incentivava a leitura tanto nos módulos femininos quanto nos módulos masculinos, levando-os diariamente à biblioteca da unidade, a qual contava com exemplares diversos, novos e usados, advindos de doações. Houve no ano 2017 a formação de um grupo de servidores com intuito de aprender e de utilizar terapias alternativas, tais como técnicas de meditação e respiração, com adolescentes ou servidores, nesse grupo havia vários agentes socioeducativos dispostos a aprender as técnicas e com projetos visando a sua aplicação aos adolescentes.

Portanto, percebemos que na prática ainda falta muito a ser conquistado na efetivação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. É importante a compreensão de que é necessário tempo para adequação tanto estrutural quanto de recursos humanos aos preceitos da proteção integral à crianças e adolescentes. Ainda há muito o que ser feito e há caminhos e estratégias a seguir para a qualificação do atendimento socioeducativo. Em diversas áreas científicas produções intelectuais estão sendo realizadas voltadas para a compreensão das expressões da questão social. É um processo de luta contínua de diversos segmentos para se incorporar à prática o modelo ideal de atendimento socioeducativo.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho desenvolvemos o histórico do atendimento institucional destinado às crianças e aos adolescentes. Como esse atendimento se transformou ao longo do tempo e suas mudanças legislativas. Destacamos a prática dos profissionais responsáveis pela segurança das unidades como uma questão central a ser trabalhada na efetivação dos direitos dos adolescentes, principalmente daqueles vinculados às medidas socioeducativas.

Pode-se perceber que as diferentes formações dos executores de medida socioeducativa geram conflitos de interesses dentro das unidades que executam o SINASE. Profissionais formados ao modelo policaresco continuam com práticas punitivas e repressivas em detrimento do desenvolvimento de práticas pedagógicas. Os novos profissionais, formados pela nova estrutura proposta pelo SINASE tendem a ser menos repressivos e desenvolver a prática pedagógica de respeito aos direitos humanos, mesmo que seja necessário em último caso o uso da força. Propomos a formação continuada de todos os servidores para que se alinhe a prática ao que compreendemos como prática socioeducativa. Não deixando de perceber a necessidade do desenvolvimento da área de segurança dentro das unidades, mas sempre com o viés pedagógico se sobrepondo às práticas punitivas.

Este tema é importante para compreender a lógica institucional das unidades socioeducativas que mesmo com as mudanças teóricas e legislativas, na prática são encontrados desafios, a exemplo da disputa de projetos. É importante conhecer como essa disputa de projetos se materializa na execução das medidas socioeducativas dentro das unidades.

Podemos perceber que um dos entraves para efetivar a política de atendimento socioeducativo são as práticas dos agentes de segurança socioeducativa que perpetuam a lógica do menor delinquente do código de menores e o atendimento de cunho punitivo e repressivo. Para as situações de violação de direitos, apresentamos meios para coibir e punir autores dessas práticas e instrumentos para reavaliar suas funções socioeducativas.

Para além das práticas institucionais que violam os direitos dos adolescentes em conflito com a lei, a execução da medida socioeducativa ainda precisa ser melhorada. A articulação com a rede de serviços básicos, o efetivo acesso à educação e à profissionalização, a reorganização das estruturas de cadeias para estruturas verdadeiramente socioeducativas, todos esses pontos devem ser observados para romper com a prática de atos infracionais por adolescentes, principalmente aqueles em situação de pobreza. Toda essa análise cabe em trabalhos e estudos específicos para sua compreensão. Neste trabalho em questão, nos atemos em específico à

prática dos socioeducadores no dia a dia das unidades e em como melhorá-la para de fato promover um bom atendimento socioeducativo.

Destacamos que foi um avanço significativo na política de atendimento socioeducativo, em específico no Distrito Federal, a construção de novas unidades socioeducativas, a secretaria específica para essa política e a formação com a reformulação curricular pautado nos documentos e legislações atuais para novos agentes socioeducativos.

Ao longo da minha trajetória nesse sistema pude presenciar situações causadas principalmente pela falta de propostas de capacitação adequada a realidade das instituições e o que se propõe as legislações. Entrei em exercício no antigo CAJE em 2013 sem nenhum tipo de formação ou capacitação. Por viver em dualidade com o que tinha estudado sobre o atendimento socioeducativo, o que estava estudando em Serviço Social e o que vivia na prática dentro da instituição, passei por um longo período de adoecimento mental. Esse adoecimento mental descrito como transtorno de falta de adaptação somente foi amenizado com terapia e uso de medicamentos. Assim como a realidade que vivi, há outros servidores que passam também pelos mesmos traumas e que podem ser acometidos pelo resto da vida. Somente pude desenvolver o que se compreende por socioeducação com pessoas que estavam dispostas a superar o caráter punitivo das medidas socioeducativas. Assim, no ano de 2014 na Unidade de Santa Maria trabalhando com as adolescentes começamos a desenvolver um trabalho voltado ao desenvolvimento das práticas pedagógicas que hoje me auxiliam a defender que essa sobreposição é o melhor caminho para efetivar os direitos dos adolescentes privados de liberdade.

Por fim, o tema aqui trabalhado não se exaure com este estudo. São necessários estudos para avaliar constantemente a efetividade do sistema socioeducativo e suas constantes transformações. Todo o processo na tentativa de trazer uma nova perspectiva para atuação dos agentes de segurança socioeducativo bem como sobre a dimensão social da medida socioeducativa é novo. É necessário avaliação constante e estudos aprofundados para afirmação da proposta socioeducativa alinhadas com as proposições legislativas.

Referências

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n 8.069/90). Brasília: SEDH, 2004.

BRASIL, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE. Brasília: SEDH, 2006

CODEPLAN. Perfil e Percepção Social dos Adolescentes em Medida Socioeducativa no Distrito Federal, 2013.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil – Percurso Histórico e desafios no presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004

BARROCO, Maria Lucia. Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

FROEMMING, Cecília Nunes. Da seletividade penal ao percurso punitivo: a precariedade da vida das adolescentes em atendimento socioeducativo. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: UnB, 2016.

CRUZ, Ana Vlândia Holanda. O adolescente em conflito com a lei e a escola: criminalização e inclusão perversa. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

BRASÍLIA. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Perfil e percepção social dos adolescentes em medida socioeducativa no Distrito Federal. 2013. Disponível em:

<<http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/publicacoes/publicacoes-1/perfil-e-percepcao-social-dos-adolescentes-em-medida-socioeducativa-no-distrito-federal>>

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. 2016. I Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal – PDASE. Disponível em <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2016/06/1o-plano-decenal-de-atendimento-socioeducativo-do-df-pdase.pdf>>

BRASÍLIA. Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. 2013. Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal – PPP.

ANEXO

Ementa do curso do SINASE

Ementa do curso de segurança protetiva

Currículo de formação dos agentes socioeducativos no ano de 2016